

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 521.853 - MG (2019/0208061-4)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : ANDRE ALVES DAS GRACAS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **ANDRÉ ALVES DAS GRACAS**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** no Agravo em Execução n. 1.0267.13.002782-9/001.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem/MG reconheceu a prática de faltas graves pelo sentenciado, declarou a perda de 1/3 (um terço) dos dias eventualmente remidos e fixou a data da falta grave como data-base para obtenção de novos benefícios (fls. 136-139).

Inconformada, a Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de Justiça, ao qual negou-se provimento, nos termos da seguinte ementa (fl. 58):

**"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - FALTA GRAVE - RECONHECIMENTO - ATEAR FOGO EM COLCHÃO OU PEQUENO PEDAÇO DE LENÇOL - SUBVERSÃO DA ORDEM E DA DISCIPLINA - INOBSERVÂNCIA DE DEVERES - PERDA DE DIAS REMIDOS E NOVA DATA-BASE PARA PROGRESSÃO DE REGIME - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.**

*-Comete falta grave o apenado que atea fogo em parte do colchão ou em pedaço do seu lençol no interior da cela, subvertendo a ordem e a disciplina. Inteligência dos artigos 50, incisos I e VI, e 39, inciso II, da Lei de Execução Penal.*

*-Os presos devem se sujeitar ao cumprimento dos regramentos a eles destinados, sob pena de, em caso de insurreição ou insubordinação, arcarem com as reprimendas*

# Superior Tribunal de Justiça

*previstas e adequadas à conduta transgressora.*

*-Em sendo reconhecida a prática de falta grave no curso da execução de pena, a alteração da data-base para futuros benefícios e a perda dos dias remidos são medidas impositivas."*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 166-172), nos termos da seguinte ementa:

**"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - AMBIGÜIDADE - CONTRADIÇÃO - OBSCURIDADE - OMISSÃO - INOCORRÊNCIA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.**

*O cabimento dos embargos de declaração em matéria criminal está disciplinado no artigo 619 do Código de Processo Penal.*

*- Inexistindo obscuridade, contradição, omissão ou erro material no acórdão hostilizado, a demandar correção, devem ser rejeitados os embargos de declaração, que não se prestam ao reexame de tese jurídica albergada no julgamento."*

Dai o presente **writ**, onde a impetrante alega, em síntese, constrangimento ilegal, argumentando ilegalidade do ato de homologação da falta grave, sustentando ausência de defesa técnica no caso, bem como nulidade do procedimento administrativo disciplinar por afronta ao princípio constitucional da ampla defesa, asseverando que a defesa não foi realizada por profissional habilitado para promovê-la.

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para reformar o v. aresto reprochado, declarando "*a nulidade do PAD, haja vista não ter sido realizado por quem tem habilitação para promovê-lo*" (fl. 9).

O pedido liminar foi **indeferido** pela Presidência às fls. 143-144.

Informações prestadas à fls. 146-172.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 179-183, pelo não conhecimento do **writ**, em parecer assim ementado:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INVIABILIDADE. EXECUÇÃO DA PENA. HOMOLOGAÇÃO DE FALTA DISCIPLINAR GRAVE.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*NULIDADE NÃO CONFIGURADA. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO E APURAÇÃO DA FALTA DISCIPLINAR EM REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, NO QUAL FOI ASSEGURADO O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS."*

**É o relatório.**

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Como relatado, a Defesa aponta, em síntese, suposta ilegalidade do ato de homologação da falta grave, alega ausência de defesa técnica no caso, nulidade do procedimento administrativo disciplinar por afronta ao princípio constitucional da ampla defesa, bem como que a defesa do apenado não foi realizada por profissional habilitado para promovê-la.

Todavia, cumpre salientar não ser possível a análise da mencionada ilegalidade apontada, uma vez que a matéria, ainda que a despeito de oposição de embargos de declaração, não foi apreciada pelo eg. Tribunal a

# *Superior Tribunal de Justiça*

**quo**; aliás, a questão ventilada sequer foi objeto de questionamento em sede recursal, sendo suscitada apenas nos embargos de declaração, que foram rejeitados, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tema, **sob pena de atuar em indevida supressão de instância.**

Nesse sentido:

*"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE TRÁFICO. MATÉRIAS NÃO APRECIADAS NO ACÓRDÃO COMBATIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NULIDADE DO FLAGRANTE. SUPERVENIÊNCIA DA PREVENTIVA. IRREGULARIDADE SUPERADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PREVENTIVO. CONSTATAÇÃO. REDUZIDA QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. COAÇÃO ILEGAL DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.*

*2. Não há como se examinar a alegada negativa de autoria e a tese de desclassificação do delito para o previsto no art. 28 da Lei n.*

*11.343/06, já que tais questões não foram objeto de exame pela Corte de origem no acórdão impugnado, o que impede a apreciação diretamente por este Superior Tribunal, dada sua incompetência para tanto e sob pena de indevida supressão de instância.*

*3. A pretensão de reconhecer a nulidade do flagrante resta superada quando superveniente novo título a embasar a custódia cautelar, qual seja, o decreto preventivo.*

*4. A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar e quando realmente se mostre necessária e adequada às circunstâncias em que cometido o delito e às condições pessoais do agente. Exegese do art.*

*282, § 6º, do Código de Processo Penal.*

*5. As circunstâncias do caso autorizam a conclusão pela desnecessidade da medida extrema, uma vez que o acusado*

# Superior Tribunal de Justiça

foi denunciado pela posse de reduzida quantidade de material tóxico, a demonstrar que não se trata de tráfico de grandes proporções, ou seja, a potencialidade lesiva da conduta em si considerada não pode ser tida como das mais elevadas.

5. Ademais, em que pese o agente possua em seu histórico criminal anotação, a condenação ocorreu há mais de três décadas, o que corrobora a conclusão pela desproporcionalidade da prisão ante tempus.

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida ex officio, para revogar a prisão preventiva do paciente" (HC n. 447.846/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 22/11/2018).

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO EM CONTINUIDADE DELITIVA. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. DEMORA EXCESSIVA. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, CONCEDIDA A ORDEM.

1. Sob pena de indevida supressão de instância, esta Corte não pode apreciar a controvérsia relativa à falta de requisitos para a decretação da prisão preventiva do Paciente, pois essa questão não foi apreciada pelo Tribunal a quo.

2. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência uníssona os tem mitigado, à luz do princípio da razoabilidade.

3. No caso dos autos, todavia, constata-se o constrangimento ilegal sofrido pelo Paciente, à luz do princípio constitucional disposto no art. 5.º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, segundo o qual "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação".

4. Embora o feito seja aparentemente complexo, com 3 (três) réus e necessidade de expedição de carta precatória, o Paciente encontra-se preso preventivamente desde 5/10/2017, isto é, há mais de 1 (um) ano, sem que houvesse dado culpa ao prolongamento da ação penal, que ainda se encontra na fase de oferecimento de defesa prévia por corréu.

5. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, concedida a ordem para, em razão das peculiaridades

# *Superior Tribunal de Justiça*

*do caso, substituir a prisão preventiva do Paciente, se por al não estiver preso, por medida cautelar diversa da prisão descrita no inciso IV do art. 319 do Código de Processo Penal, qual seja, proibição de ausentar-se da comarca, devendo comparecer a todos os atos processuais, sem prejuízo da aplicação de outras medidas cautelares previstas no art. 319 do diploma processual em tela" (HC n. 472.270/SE, **Sexta Turma**, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. **Laurita Vaz**, DJe de 22/11/2018).*

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do presente **habeas corpus**.

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator